



**“SOU UM DEFENSOR DO PRINCÍPIO
DA SUBSIDIARIEDADE.”**

ARTIGO ASSINADO POR JOSÉ PEDRO AGUIAR-BRANCO,
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS

**C.M. TORRES VEDRAS APOSTA
EM CENTRALIZAÇÃO DAS RESPOSTAS SOCIAIS**

22
ANIVERSÁRIO



**UDIPSS
LISBOA**
UNIÃO DISTRITAL DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES
DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

**UDIPSS LISBOA
ASSINALA 22 ANOS**



JOSÉ CARLOS BATALHA
PRESIDENTE DA DIREÇÃO

EXPECTATIVA E REALIDADE

Apraz-me registar as palavras do Presidente da Assembleia da República, que gentilmente aceitou o nosso pedido e assina um artigo nesta edição do Boletim. Sublinho a defesa da subsidiariedade, processo que garante que todos somos parte essencial no Setor Social, cada um com as suas competências e responsabilidades, num sistema que defendo de cooperação tripartida: governo central, municípios e IPSS.

Fico também na expectativa quanto ao apoio e atenção da Assembleia da República para ouvir as nossas preocupações e construir melhores políticas sociais.

Bem precisamos... e aos deputados faz falta um “banho de realidade” para entenderem quem são e o que fazem as Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Estamos em ano de eleições autárquicas e, por isso, para os atuais presidentes de Câmara, Vereadores e para os candidatos também fará bem aprenderem (mais) sobre nós! A UDIPSS Lisboa está disponível para organizar esses encontros de esclarecimento, sem cariz partidário.

Nesta altura ainda aguardamos a assinatura do Compromisso de Cooperação. Sendo a maior entidade representativa, a CNIS deve ser obrigatoriamente ouvida e respeitada.

Na realidade, somos um Setor que dá emprego a muitas pessoas, e que tem impacto direto e indireto na vida de outras tantas. Estamos em todo o lado e para toda a gente.

Não baixamos os braços, mas também não encolhemos os ombros.

Neste início de 2025, o caminho de expectativa de um Setor Social e Solidário forte e coeso tem de ser uma realidade! ●●

REUNIÃO COM A SECRETÁRIA DE ESTADO DA AÇÃO SOCIAL E DA INCLUSÃO

A UDIPSS Lisboa foi recebida, no dia 12 de dezembro, pela Secretária de Estado Clara Marques Mendes, numa audiência pedida para dar seguimento ao Caderno de Conclusões da Conferência “O Desafio da Proteção Social”.

Esta reunião serviu para abordar algumas medidas já em curso ou em preparação, em áreas como o pré-escolar e creche, pessoas sem abrigo, deficiência e apoio domiciliário, entre outros assuntos.

Os representantes da UDIPSS Lisboa apresentaram diversas questões e sugestões, nomeadamente a necessidade de voltar a garantir diálogo com o Centro Distrital da Segurança Social.

A Secretária de Estado lembrou o compromisso do Governo de chegar aos 50% da comparticipação, referiu o aumento extraordinário de 3,5% para quatro respostas sociais mais deficitárias que estará incorporado no valor global já em 2025, e expressou abertura para ouvir a União de Lisboa e as IPSS.

A direção da UDIPSS Lisboa esteve representada pelo Presidente José Carlos Batalha, Vice-presidente Carlos César e Tesoureiro Marco Fernandes. ●●



REUNIÃO COM VEREADORA DOS DIREITOS HUMANOS E SOCIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

A UDIPSS Lisboa foi recebida pela Vereadora dos Direitos Humanos e Sociais da Câmara Municipal de Lisboa, Sofia Athayde, no dia 21 de janeiro, tendo apresentado ideias para próximas iniciativas, a realizar durante o primeiro semestre do ano, com o apoio da autarquia e envolvendo as IPSS da cidade de Lisboa.

Vai ser preparado um calendário de encontros setoriais para ouvir as Instituições e dirigentes das diferentes áreas de respostas sociais, realizando-se, no final, um mega-encontro para apresentação de propostas.

A UDIPSS Lisboa está, desta forma, a prosseguir o trabalho e a reflexão da Conferência “O Desafio da Proteção Social”, que organizou no dia 4 de outubro, no ISCTE, em Lisboa.

A direção da UDIPSS Lisboa esteve representada nesta reunião pelo Presidente José Carlos Batalha e pelo Vogal Manuel Melo Gomes. ●●



UDIPSS LISBOA ASSINALA 22º ANIVERSÁRIO CELEBRAR E CONFIAR

A data de 27 de novembro é de celebração, porque assinalamos 22 anos da nossa existência, enquadrada na missão da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS).

A União Distrital das IPSS de Lisboa é a maior estrutura dentro da CNIS, pelo número de Associadas.

Para nós, significa que temos uma grande responsabilidade. De fazer melhor, diferente e, em alguns casos, ser pioneira.

Estamos apostados em Comunicar o Setor Social para chegar às IPSS e à Sociedade em geral. Essa comunicação faz-se com o Boletim e com os eventos, como a Conferência O Desafio da Proteção Social, que organizámos para dar voz às Instituições Sociais.

Procuramos o contacto eficaz com os responsáveis políticos porque há que defender o papel das IPSS e fazer valer as nossas reivindicações. Há ainda muito a fazer...

Aos membros dos Órgãos Sociais da UDIPSS Lisboa, agradeço o empenho, a presença e a disponibilidade.

Às IPSS, que somos todos nós, enalteço a força de vontade



e a confiança de que, todos os dias, vamos conseguir apoiar as crianças, os jovens, as famílias, os idosos que contam com o trabalho dos nossos colaboradores e dirigentes. Somos Todos União!

José Carlos Batalha
Presidente da Direção



44º ANIVERSÁRIO DA CNIS

A Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade – CNIS assinalou o aniversário com a realização do Encontro Temático «Dirigentes das IPSS. Desafios, Direitos e Deveres», na Universidade Católica,

no Porto. O presidente da Direção da UDIPSS Lisboa, José Carlos Batalha, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Geral da CNIS, participou nos trabalhos. ●●



ASSEMBLEIA GERAL UDIPSS LISBOA

A reunião da Assembleia Geral da UDIPSS Lisboa decorreu no dia 30 de novembro, nas instalações da Associação de Beneficência “Casas de São Vicente de Paulo”.

Foram discutidos e aprovados o Plano de Atividades e Orçamento para 2025.

A presença das IPSS Associadas é sempre muito relevante. ●●



Dando continuidade ao processo de registar a opinião de Personalidades sobre o Setor Social, lançámos o desafio ao Presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar-Branco. É uma honra contar, nesta edição, com as palavras e a visão da segunda figura do Estado Português.

EM DEFESA DA SUBSIDIARIEDADE

Portugal deve muito ao setor social. Num país em que quase um quinto da população vive em situação de pobreza ou exclusão social - dados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2024 - em que tantas famílias experimentam o drama da falta de tempo e de recursos para educar os filhos e em que a pobreza afeta os mais idosos, os menos letrados e os mais isolados, as IPSS prestam um papel absolutamente fundamental.

O trabalho que realizam em áreas como a saúde, a educação, a promoção do envelhecimento ativo, o combate à exclusão social e à solidão, a integração das populações imigrantes ou o apoio à infância e à deficiência é imprescindível para o bem-estar de muitos dos nossos concidadãos e para o equilíbrio e coesão das nossas comunidades.

Fazem-no sem alarde, sem segundas intenções, sem calculismos.

Fazem-no, num exercício desinteressado de serviço às comunidades locais e, sobretudo, a quem mais precisa.

Por isso, de um modo mais ou menos direto, todos somos beneficiários do trabalho do setor social.

As IPSS conhecem o terreno, os casos particulares, a situação de cada pessoa e de cada família. Não se limitam a oferecer um apoio material ou financeiro.

Oferecem antes uma relação, uma resposta de proximidade, adaptada às circunstâncias e

às necessidades de cada um. E, tantas vezes, esta abordagem próxima e humanista é quanto basta para resgatar uma pessoa colocada à margem da sociedade, descartada e anulada nas suas potencialidades.

Sou, desde há muitos anos, um defensor do princípio da subsidiariedade.

Acredito que os problemas devem ser resolvidos com soluções de proximidade, capazes de envolver a comunidade local e os agentes do setor social.


Acredito também que o Estado e as autarquias locais devem apoiar estes agentes e contar com eles como verdadeiros parceiros. Contar com as suas boas práticas, com o seu conhecimento do terreno, com o seu espírito de serviço.

Sempre que, por razões ideológicas ou financeiras, o Estado desconsidera as IPSS, todo o país perde com isso. Sempre que o poder →

“Sou, desde há muitos anos, um defensor do princípio da subsidiariedade. Acredito que os problemas devem ser resolvidos com soluções de proximidade, capazes de envolver a comunidade local e os agentes do setor social.”



JOSÉ PEDRO CORREIA DE AGUIAR-BRANCO, nasceu a 18 de julho de 1957, no Porto. Licenciado em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, foi Deputado à Assembleia da República e membro do Conselho Superior de Magistratura. Foi ministro da Justiça (2004-2005) e ministro da Defesa Nacional (2011-2015). É o 16º presidente da Assembleia da República, cargo que assumiu em 27 de março de 2024.



“Contem com a Assembleia da República para ouvir as vossas preocupações e para construir políticas que facilitem o vosso trabalho.”

político deixa de ouvir e de proteger o setor social, multiplicando as exigências e diminuindo os apoios, todo o país fica prejudicado.

É preciso garantir que o financiamento das IPSS chega para fazer face aos custos reais da sua atividade. E, ao mesmo tempo, ajudar as instituições sociais a diversificar fontes de financiamento – por exemplo, através do apelo aos cidadãos para que consignem uma parte do seu IRS –, para criarem laços com a comunidade local e não ficarem inteiramente dependentes do financiamento direto do Estado.

As IPSS não existem para substituir o Estado Social. Nem isso lhes deve ser exigido. Mas o poder político deve contar com o setor social como parceiro e complemento. Deve também desenhar boas políticas públicas, que apoiem estas instituições.

Mas é preciso fazer mais. É preciso promover um diálogo permanente entre as IPSS e os responsáveis políticos, para que as necessidades e os desafios do setor

sejam ouvidos e obtenham respostas adequadas.

As instituições sociais, com o seu conhecimento detalhado da realidade do país, podem ajudar os decisores políticos a tomar melhores decisões e a responder aos problemas reais.

Quero deixar uma última palavra de homenagem às instituições sociais do distrito de Lisboa. O vosso compromisso para com os mais vulneráveis tem sido um fator de transformação para esta região e para as suas comunidades.

Contem com a Assembleia da República para ouvir as vossas preocupações e para construir políticas que facilitem o vosso trabalho.

Estou certo de que, juntos, poderemos construir uma sociedade mais solidária e uma cultura de cuidado pelo outro. Princípios necessários para a edificação do nosso país e da nossa democracia. ●●

José Pedro Aguiar-Branco
Presidente da Assembleia da República



TOMADA DE POSSE URIPSSA

O Presidente da Direção da UDIPSS Lisboa, José Carlos Batalha, marcou presença na tomada de posse dos corpos sociais da URIPSSA - União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social dos



Açores, que decorreu no dia 13 de janeiro, na Ilha Terceira.

João Canedo Reis foi reeleito no cargo de presidente da direção da URIPSSA no mandato 2025-2028. ●●

COOPERATIVA 'OS AMIGOS DE SEMPRE' CELEBROU 25 ANOS

A cerimónia comemorativa do aniversário da Cooperativa "Os Amigos de Sempre" realizou-se no dia 23 de novembro e, entre muitos convidados, contou com a presença do presidente da direção da UDIPSS Lisboa, José Carlos Batalha, na qualidade de presidente da Assembleia Geral da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS). Na sua intervenção, valorizou a "cultura dos afetos" nas Instituições Sociais. ●●



UDIPSS LISBOA NA INAUGURAÇÃO DE NOVA CRECHE EM LISBOA

O vice-presidente da UDIPSS Lisboa, Carlos César, esteve na inauguração, no dia 22 de novembro, da Creche Ilha dos Amores, no Parque das Nações, com a Secretária de Estado da Ação Social e Inclusão, Clara Marques Mendes, e a Vereadora da CML, Sofia Athayde. A nova Creche representa um investimento de cerca de 1 milhão de euros e insere-se no compromisso do Município de Lisboa de dar apoio às crianças e famílias da cidade. ●●



O QUE DIZEM OS AUTARCAS?

A Câmara Municipal de Torres Vedras apostou na centralização das respostas sociais num único serviço, que permitiu maior celeridade nos atendimentos e avaliação dos apoios. A presidente da Câmara, Laura Rodrigues, aponta como prioridade a continuidade e a eficácia das respostas sociais, mantendo a proximidade entre os cidadãos e os técnicos de apoio.

A transferência de competências no domínio da ação social, ocorrida em abril de 2023, trouxe transformações significativas na forma como o Município de Torres Vedras gere e oferece apoio social. Uma das principais mudanças foi a centralização das respostas sociais num único serviço, o que possibilitou a otimização de recursos e simplificou o acesso dos cidadãos às medidas de apoio social.

A coordenação local e de proximidade entre a equipa técnica e os órgãos decisores garantiu um maior alinhamento e eficiência na gestão das respostas sociais. Além disso, verificou-se maior celeridade nos atendimentos e na avaliação da elegibilidade para apoios, permitindo uma resposta mais ágil e adequada às necessidades dos cidadãos.

Para esse fim também contribuiu a implementação da figura do técnico gestor de processo, que tornou possível uma intervenção mais personalizada e direta com as famílias, além de garantir articulações mais eficientes com outros serviços municipais e entidades externas.

A articulação da autarquia com os dirigentes e parceiros do setor social também tem sido feita de forma estruturada, sendo facilitada através de um trabalho em rede e com base na subsidiariedade. Reuniões frequentes entre a coordenação do CASI (Centro

de Atendimento Social Integrado) e os parceiros locais, como juntas de freguesias, IPSS, escolas e forças de segurança, têm sido realizadas para garantir uma colaboração contínua e eficaz. Cada parceiro da Rede Social de Torres Vedras conta com técnicos de referência responsáveis por assegurar a articulação direta com os técnicos do CASI, resolvendo casos concretos e prestando apoio na intervenção direta com as famílias. Entre os serviços municipais, como SMAS (Serviços Municipalizados de Água e Saneamento), a divisão de Educação ou a divisão de Obras Municipais, a articulação também é feita de forma direta entre técnicos e dirigentes, garantindo uma resposta integrada.

A principal prioridade para a nova competência autárquica é garantir a continuidade e a eficácia das respostas sociais, mantendo a proximidade entre os cidadãos e os técnicos de apoio. A necessidade de manter uma articulação estreita entre os vários parceiros e serviços municipais também representa um desafio importante, para que a colaboração coordenada entre todos os intervenientes resulte numa resposta cada vez mais eficaz e adequada. ●●

“A articulação da autarquia com os dirigentes e parceiros do setor social também tem sido feita de forma estruturada”

Laura Rodrigues

Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras



“Uma das principais mudanças foi a centralização das respostas sociais num único serviço, o que possibilitou a otimização de recursos e simplificou o acesso dos cidadãos às medidas de apoio social.”



COOPERATIVA OS AMIGOS DE SEMPRE



A Cooperativa de Solidariedade Social Os Amigos de Sempre é uma Instituição equiparada a Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), desde 1 de março de 2000, por despacho da Sub-Diretora Geral da Ação Social de 13 de julho de 2000, conforme despacho nº 13799/99 de 23 de junho do Ministro da Segurança Social e da Solidariedade, publicado no DR, 2ª Série, Nº167, de 20 de julho de 1999.

Tem como missão satisfazer necessidades básicas, sociais e pessoais e, se possível, os desejos dos utentes e de outras partes interessadas, através da excelência de serviços adequados, consistentes e sustentáveis das Respostas Sociais, com responsabilidade social e ambiental. Estes serviços consubstanciam-se na operacionalização das respostas sociais de Estrutura Residencial para Idosos, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário e TRAPI – Transporte Personalizado para Idosos.

O que vos distingue?

A Cooperativa Os Amigos de Sempre é uma iniciativa inovadora que mobiliza a cooperação de pessoas com diferentes capacidades, recursos e disponibilidades numa aliança para um mundo responsável, plural e solidário, na esperança de que há caminho para andar e percorrer.

Motivadas por causas solidárias e de sustentabilidade

organizativa, social, económica e ambiental na defesa do bem comum, as pessoas organizam-se em cooperativas aplicando no dia-a-dia soluções conjuntas para responder a necessidades não satisfeitas numa comunidade, independentemente de género, etnia, religião, ou de outra natureza.

Pela sua prática, o movimento cooperativo e social tem evidenciado que não só diz que faz, como faz o que diz, incluindo o seu envolvimento na prevenção ambiental e na promoção de um desenvolvimento global sustentável.

Pelo Sonho é que Vamos. O movimento cooperativo nunca deixou de ser solidário, tal como nunca virou as costas à Utopia. Este poderá ser o segredo da perenidade e da força que o anima. São raízes alicerçadas na liberdade, na igualdade e na solidariedade que continuam a alimentar a reflexão e o trabalho de cada dia. Procura-se que a formação envolva todas as gerações, para que a partilha dos valores cooperativos continue a chegar a outros amigos de amigos.

Se no âmbito das nossas competências, cada um de nós der o seu melhor, e se o mesmo acontecer com as Organizações, seguramente que a sociedade sairá no seu conjunto ganhadora.

É um imperativo contribuir para o todo que constitui a sociedade humana. Foi este pensamento que presidiu ao



projeto de constituição da nossa Cooperativa. Se em jovens – na JOC Juventude Operária Católica – fomos capazes de trabalhar juntos servindo a comunidade, porque não fazê-lo em idade mais avançada, ajudando-nos uns aos outros, contribuindo de igual modo para o bem-estar da comunidade?

Num regresso ao passado histórico, lembramos que a origem e o desenvolvimento do movimento cooperativo e social, dos partidos e dos sindicatos em Portugal, resultaram em primeiro lugar, da força da identidade coletiva pela congregação de interesses contra as fracas condições de vida e de trabalho e baixos salários; em segundo lugar,

da orientação ideológica e política na realização de uma sociedade socialista como meio de emancipação social; e em terceiro lugar, dos conhecimentos, competências sociais e cultura cívica adquiridas a partir das experiências de solidariedade do associativismo mutualista.

Pessoas apoiadas/abrangidas

O Polo Comunitário apoia 58 residentes na Estrutura Residencial para Idosos, 25 utentes em Centro de Dia e 40 em Serviço de Apoio Domiciliário.

O seu mais recente projeto «TRAPI – Transporte para Pessoas Idosas» constituiu-se como um novo Serviço de Apoio na deslocação e acompanhamento de pessoas idosas em situação de isolamento ou exclusão Social na União de Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela, a serviços básicos (Centro de Saúde, Hospital, Terapias Complementares, Finanças, Segurança Social e Outros). Este novo serviço visa responder a necessidades identificadas no Diagnóstico Social do Concelho de Loures 2019 e está alinhado com a estratégia e medidas do Plano de Desenvolvimento Social e de Saúde do Concelho de Loures 2021-2025, prestando mensalmente uma média de 25 serviços de acompanhamento de idosos a consultas médicas e outros serviços na comunidade, traduzindo-se num apoio ímpar e inovador.

Funcionários, colaboradores, parceiros

A equipa afeta aos quadros efetivos da instituição do Polo Comunitário é composta por:

- 2 Assistentes Sociais
- 1 Técnica Superior de Animação Sociocultural
- 1 Técnica Superior de Reabilitação Psicomotora
- 2 Escribas
- 41 Ajudantes de Ação Direta, distribuídas pelas três respostas sociais e pelo Projeto TRAPI
- 6 Trabalhadoras de Serviços Gerais →



Para além dos trabalhadores dos quadros, temos o seguinte quadro de prestadores de serviços:

- 1 Clínico de Medicina Interna
- 1 Neurologista
- 1 Psiquiatra
- 4 Enfermeiras
- 1 Terapeuta da Fala
- 1 Psicóloga
- 2 Fisioterapeutas
- 1 Cabeleireira

O serviço de fornecimentos de refeições também se encontra subcontratado, estando mais cinco trabalhadores afetos a este setor. São eles:

- 1 Encarregada de Setor
- 2 Cozinheiras
- 2 Ajudantes de Cozinha

Desafios

Alguns desafios que têm impellido à reflexão e pedidos de audição junto dos interessados como:

1. A discussão da Diretiva Europeia dos resíduos sólidos urbanos, onde não são acolhidas as especificidades das Instituições Particulares de Solidariedade Social, comparando-as a empresas privadas. De realçar que as instituições produzem qualidade de vida e que as empresas produzem matérias primas, onde podem imputar os custos aos produtos que produzem, enquanto estas instituições não o podem fazer. Esta Diretiva, suspensa em período pandémico, mas que se encontra a ser reativada agora, onera custos avassaladores nas instituições.

2. Os cuidados de saúde aos utentes prestados pela nossa Instituição, como tantas outras, nomeadamente num quadro de saúde mental. Para quando a consideração desta resposta social no âmbito dos acordos com a Segurança Social e o Ministério da Saúde? Neste momento a participação do Estado não chegou ainda aos 50%,



o que se defende, em nome da sustentabilidade financeira das IPSS. Para tal são necessárias respostas e instrumentos que ajudem a encontrar soluções com dignidade e justiça social para todos.

3. Como podem as organizações beneficiar das potencialidades da Inteligência Artificial? Que benefícios, riscos e investimentos? A Cooperativa organizou uma Conferência com uma especialista da área da Inteligência Artificial, Professora Dra. Ana Sofia Pires, a fim de despoletar esta discussão e esclarecer as dúvidas ou preocupações das organizações.

4. Desarticulação recorrente com os serviços públicos e as instituições. É necessário melhorar a organização dos serviços, estabelecer critérios claros e abrangentes para que respondam às necessidades colocadas e para que a humanização do atendimento presencial seja prática permanente, não criando fossos de disponibilidades e de acessos, com trabalhadores a terem de se deslocar de madrugada para poderem tratar de assuntos das instituições, como o caso de um simples levantamento de documentos no IMTT. Não há via verde ou senhas prioritárias para instituições/ entidades, e pouco é agilizado por email. As informações prestadas por telefone são ambíguas, dependendo sempre do funcionário que está por detrás do telefone, levando por vezes a várias deslocações por faltar mais um documento.

A qualidade que nos é reconhecida, quer institucionalmente, quer pelos familiares e amigos dos residentes, torna-se muito estimulante para o caminho que queremos continuar a prosseguir. Como estudos recentes nos dão conta podemos ir mais longe quanto às respostas sociais prestadas ao acrescentar-se qualidade de vida às populações sendo esse o resultado final que todos queremos alcançar. Mais que possível é imperioso que este setor seja inscrito como prioritário na agenda social e política do país. ●●



Deolinda Machado
Presidente da Administração

DEBATE SOBRE ACOLHIMENTO FAMILIAR

A Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Lisboa – APPACDM Lisboa – organizou, no dia 17 de dezembro, mais uma iniciativa FNAC Talks, desta vez na loja FNAC Chiado, sobre o tema das crianças e jovens com deficiência intelectual e as famílias de acolhimento.



Neste debate, além do Presidente da Associação, Miguel Abranches Pinto, e de uma mãe que representa uma família de acolhimento, participou Patrícia Bacelar, Diretora do Núcleo de Acolhimento Familiar – Programa Lx Acolhe, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. ●●



1º ENCONTRO DO GAMA

Decorreu, no dia 16 de janeiro, o 1º Encontro do GAMA – Grupo de Análise, Monitorização e Acompanhamento, que faz a gestão do processo de reinserção na sociedade dos inimputáveis que se encontram em unidades de saúde ou estabelecimentos prisionais.

O Encontro, com o tema: Origem, Eixos, Visão e Desafios - “Um Compromisso para a Integração da Pessoa em Situação de Inimputabilidade”, teve lugar no Auditório da Polícia Judiciária de Lisboa.

O Presidente da Direção da UDIPSS Lisboa, José Carlos Batalha, acompanhou os trabalhos do Encontro, organizado pela Direção-Geral de Reinserção e Serviços Pri-



sionais, em colaboração com a Coordenação Nacional das Políticas da Saúde Mental e com o Instituto da Segurança Social, I.P. ●●

CONFERÊNCIA “INTERVENÇÃO NA DEMÊNCIA EM PORTUGAL: A CAMINHO DA INTEGRAÇÃO”

A conferência anual da Alzheimer Portugal decorreu no dia 20 de novembro, no Estoril, com a presença de mais de 200 participantes. O programa apresentou temáticas que promovem a partilha de conhecimento e experiência de intervenção junto das Pessoas que vivem com Demência. ●●



FOTO: FACEBOOK ALZHEIMER PORTUGAL



PROJETO AMBIENTE COM SENTIDO

O Projeto *Ambiente com Sentido* foi implementado na Associação do Hospital Civil e Misericórdia de Alhandra e assenta na Abordagem Snoezelen. A Abordagem Snoezelen 24 horas defende a necessidade de proporcionar estímulos sensoriais relaxantes e prazerosos para melhorar a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas, reforçando a importância dos sentidos, relações e dos ambientes na nossa saúde. Nasceu sobretudo da necessidade de dar resposta ao aumento do número de casos de pessoas com demência e pela procura constante em proporcionar bem-estar a todos os clientes da Instituição.

O Projeto foi concebido com o propósito de desenvolver as entradas sensoriais dos residentes, o relaxamento e o desenvolvimento de relações interpessoais positivas.

Coordenado por uma Psicóloga e Psicóloga Júnior, este foi um Projeto que pode contar com a contribuição da restante equipa da Instituição, nomeadamente a Direção Técnica, Fisioterapia, Enfermagem, Nutrição e Educação Social.

Durante a sua implementação, foram realizadas experiências sensoriais, onde foram explorados materiais sensoriais e diferentes espaços. Para além da intervenção individual e em pequenos grupos a Instituição, que



também dispõe de uma sala multissensorial equipada, convidou pessoas de referência a experienciar este ambiente estimulante e seguro em conjunto com o seu familiar. Outra atividade do Projeto diz respeito à criação de materiais de estimulação, nomeadamente tecidos, almofadas reminiscentes, saquinhos e outros instrumentos. Para além desta atividade, foi realizada uma sessão de capacitação para os familiares, onde foi abordada a presente intervenção não farmacológica e diferentes estratégias de comunicação. Por sua vez, os nossos parceiros de cuidados foram convidados a refletir sobre os estímulos que influenciam o nosso bem-estar através de Workshops.

Por fim, a avaliação do Projeto **Ambiente com Sentido** foi aferida através de frequências de participação, questionários de satisfação às pessoas de referência e colaboradores, bem como a recolha de testemunhos.

Exemplos de testemunhos:

Senti-me muito bem. A música era relaxante e era mesmo para relaxar. Gostei muito, serve para despertar os nossos sentidos. Ainda bem que aceitei ir, no início não queria, mas agora se houver uma próxima quero ir!

Cliente CD

Gostei muito. Senti que ainda não estou esquecida de tudo, foi bom fazer coisas que há muito tempo não fazia. Serviu para distrair e não pensar noutras coisas. Eu não vejo mas não estou morta. Que venham mais!

Residente ERPI

Adorei, espero que façam mais vezes isto.

Residente ERPI

Pode haver mais formação deste tipo, foi muito bom mesmo esclarecer algumas dúvidas.

Colaborador AH-CMA

Primeiro quero agradecer por mais esta formação, de facto é muito importante que possamos cada vez mais dominar estas ações (...) A formação deve continuar de forma a facilitar cada vez mais o nosso trabalho e desta forma a gente vai cuidar cada vez melhor.

Colaborador AHCMA

Os assuntos abordados são aplicáveis ao meu trabalho porque trabalhamos com utentes com demência e, conforme aprendi na formação, pondo ele em prática vai ser muito útil para o dia a dia.

Faz todo o sentido que sejam implementadas novas formas de interação e participação que possam ajudar os idosos a sentirem-se parte ativa e essencial de qualquer intervenção que os beneficie física e emocionalmente.



Considero positiva a iniciativa: envolver as famílias no cuidar é sempre de suma importância, para além de sermos um ponto de referência, é tão importante para a residente sentir o envolvimento da família quanto para a família sentir que continua presente e ativa no dia a dia do seu familiar. O videolearning, para mim, é uma ótima estratégia pois permitiu-me gerir a minha disponibilidade. A mensagem foi transmitida de forma tranquila com linguagem acessível e ótima clareza.

Fiquei muito agradada com o Projeto, é importante os idosos serem estimulados e integrados.

CÁTIA LAGE DA CUNHA

Psicóloga Clínica na Associação do Hospital Civil e Misericórdia de Alhandra, Formadora e Coordenadora de Projetos. Mestre em Psicologia Social e da Saúde com especialização avançada em Psicopatologia do adulto ao idoso, Psicologia Clínica e da Saúde, Psicogeriatrics e Neuropsicologia Geriátrica.

Mais informações sobre o Projeto **Ambiente com Sentido**: psicologa@misericordialhandra.pt



REGIME GERAL DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO - RGPC

NOVO PRAZO DE CUMPRIMENTO LEGAL 14 DE FEVEREIRO

O Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021 de 9 de dezembro, aplicável às pessoas coletivas com sede em Portugal que empreguem 50 ou mais trabalhadores, exige que as organizações implementem um conjunto de regras e planos preventivos de forma a mitigarem riscos de corrupção e infrações conexas, promovendo comportamentos íntegros e boas práticas de gestão.

Para a conformidade com o RGPC, é necessário o desenvolvimento de um conjunto de documentos e procedimentos que incluem:

1. Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR);
2. Código de Conduta de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas;
3. Programa de formação sobre a temática;

4. Canal de Denúncias e respetivo Regulamento;
5. Designação do Responsável pelo Cumprimento Normativo (RCN).

Por sua vez, a implementação deste diploma deu origem à criação do MENAC (Mecanismo Nacional Anticorrupção), tendo este por missão promover a transparência e garantir a efetividade da política de prevenção da corrupção e infrações conexas, fiscalizando o cumprimento das normas estabelecidas pelo RGPC e instaurando, instruindo e decidindo sobre os processos relativos à prática das contraordenações previstas nesta matéria.

Embora o documento legal seja datado de 2021, foi entendimento do legislador disponibilizar um período de tempo significativo para a implementação do RGPC por parte das pessoas coletivas abrangidas, estabelecendo o seguinte cronograma:

• **7 de junho de 2022:** entrada em vigor do Regime Geral de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas;

• **7 de junho de 2023:** entrada em vigor das disposições legais relativas à responsabilidade contraordenacional;

• **7 de junho de 2024:** entrada em vigor das disposições legais relativas à responsabilidade contraordenacional, excepcionalmente, para empresas que empregam menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não exceda 50 milhões de euros ou cujo balanço não excede 43 milhões de euros.

Assim, entende-se que a esmagadora maioria das organizações registadas em território nacional, dispuseram de 2 anos e meio após publicação do RGPC e 2 anos após a sua entrada em vigor, para adotar um programa de cumprimento normativo capaz de satisfazer todos os pressupostos legais.

No passado dia **25 de novembro de 2024**, por ordem do próprio **MENAC**, entrou em funcionamento a **Plataforma RGPC**, tendo a entidade fiscalizadora registado que as organizações abrangidas, em virtu-

de de empregarem 50 ou mais trabalhadores, têm de proceder ao registo na ferramenta, fornecendo toda a informação e documentação necessárias ao cumprimento do respetivo regime, até à data de 14 de fevereiro.



Conforme o n.º 9 do Artigo 6.º e n.º 8 do Artigo 7.º do RGPC, impende apenas sobre as entidades públicas abrangidas a obrigação, sem necessidade de qualquer notificação ou ação do MENAC, fazerem prova do cumprimento normativo, remetendo os respetivos documentos ao MENAC através da plataforma eletrónica criada para o efeito. No entanto, as entidades privadas podem e estão a ser instadas a remeterem esses mesmos elementos, pela mesma via, caso o MENAC, no âmbito das suas competências de fiscalização, assim o determinar, como é o caso de inúmeras organizações que já foram contactadas por esta autoridade. Se é o caso, deverá tratar de fornecer

atempadamente a informação correspondente, no prazo estabelecido. A F3M poderá ajudar neste processo.

Pedro Vital

Senior Services Consultant, F3M



CAMPANHA “O SEU FILHO TEM UM DEDO QUE ADIVINHA”

A Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal (APDP) apresentou a campanha de rastreios Diabetes Tipo 1 a crianças e jovens entre os 3 e os 17 anos, no dia 14 de novembro, na sede da APDP, em Lisboa.

Segundo a Associação, a Campanha já permitiu a realização de mais de mil testes para avaliar o risco de diabetes tipo 1 (DT1) na população infantojuvenil. ●●



MERCADO DE NATAL

A Associação Inválidos do Comércio promoveu o Mercado de Natal, nos dias 13 e 14 de dezembro, com presentes únicos e especiais, atividades lúdicas, música e muita alegria! ●●



MERCADO DE NATAL

A ComDignitatis – Associação Portuguesa para a Promoção da Dignidade Humana promoveu mais uma edição do Bazar Solidário, que aconteceu no dia 24 de novembro, na Ericeira. É sempre uma boa oportunidade de comprar presentes a preços acessíveis e solidários! ●●



GOVERNO PREPARA ESTRATÉGIA PARA A LONGEVIDADE

Com o anúncio, a 10 de janeiro, do novo coordenador do Plano de Ação de Envelhecimento Ativo e Saudável - António Maia Gonçalves – o Governo adiantou também que pretende criar uma Estratégia para a Longevidade, que vai olhar para a pessoa no seu todo e preparar um envelhecimento com saúde. ●●



AGENDA

JANEIRO



DIA 1

Dia Mundial da Paz

Celebração criada pelo Papa Paulo VI, em dezembro de 1967, é assinalada todos os anos com uma mensagem do Santo Padre. Para 2025, o Papa Francisco escolheu o tema “Perdoa-nos as nossas ofensas, concede-nos a tua paz”.

DIA 11

Dia Internacional do Obrigado

Criada através das redes sociais na Internet, esta data apela à expressão do agradecimento, por palavras ou gestos.



DIA 15

Dia de festa para a CNIS

A Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade celebra o 44º aniversário.



FEVEREIRO

Compromisso de Cooperação

O acordo entre o Governo, a CNIS e os outros parceiros sociais poderá ser assinado na primeira quinzena de fevereiro.

DIA 20

Dia Mundial da Justiça Social

A data foi criada, em 2007, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, e celebrada pela primeira vez em 2009. Nesta data a ONU faz um apelo às nações para a eliminação de barreiras sociais.

DIA INTERNACIONAL DA SOLIDARIEDADE HUMANA - 20 DE DEZEMBRO



Nesta data recordamos a Solidariedade que está presente, todos os dias, nas Instituições Particulares de Solidariedade Social. Na sua missão de receber e cuidar. Nos dirigentes que dão do seu tempo e competências. E da sociedade que apoia e contribui, por apelo ou iniciativa, para que o Setor Social possa continuar de portas abertas para qualquer pessoa que, por diferentes razões da sua vida, precise de uma mão amiga e de atenção.

Deixamos também o repto: precisamos de uma Solidariedade Humana que seja eficaz no combate à pobreza! E que promova a dignidade da pessoa, nos seus valores mais essenciais, de bem-estar e felicidade! ●●



MENSAGEM DE ANO NOVO CONSTRUIR JUNTOS

Nesta altura olhamos para 2025 ainda como um ano de preocupação e incerteza.

Será que a paz vai prevalecer?

Será que a economia mundial vai dar a volta à crise e, com isso, ajudar a economia nacional e das famílias?

Será que a esperada estabilidade das participações para as IPSS vai ser uma realidade, permitindo às Instituições uma gestão mais equilibrada e, em alguns casos, sem défice?

Será que os números da pobreza podem ser combatidos? Os sem abrigo retirados das ruas? As crianças e jovens protegidos e amados? Os idosos acompanhados e cuidados? As pessoas com deficiência verdadeiramente incluídas na sociedade? 2024 foi mais um ano de luta para o País e para o Setor Social.

Que o próximo ano traga esperança para construirmos Juntos um Mundo mais solidário e mais feliz.

Na encíclica "Dilexit Nos", o Papa Francisco desafia-nos: "o mundo pode mudar a partir do coração", porque "só a partir do coração é que as nossas comunidades serão capazes de unir e pacificar os diferentes intelectos e vontades".

As IPSS são o coração que cuida de muitas pessoas. A construir pontes para chegar a tudo e a todos.

Feliz e Solidário Ano Novo!





Lançado em Maio de 2022, o Boletim da União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Lisboa procura retratar os temas que interessam ao setor da Economia Social. Conta com os contributos das IPSS's associadas que vão partilhando as suas notícias e iniciativas, também publicadas nas redes sociais da UDIPSS Lisboa. O Boletim tem periodicidade trimestral e formato digital.



UNIÃO DISTRIITAL DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

Rua Amílcar Cabral, nº7, r/c - D, 1750-018 Lumiar, Lisboa

21 758 1024 (chamada para a rede fixa nacional)

secretariado@udipss-lisboa.pt

Envie notícias e sugestões para o email: udipss.lisboa.comunicacao@gmail.com

O Boletim da UDIPSS está disponível no site www.udipss-lisboa.pt

www.udipss-lisboa.pt

<https://www.facebook.com/UDIPSS.Lisboa.official>

https://www.instagram.com/udipss_lisboa_oficial/

2025

PLANO DE FORMAÇÃO



ÁREAS DE FORMAÇÃO

- ⇒ Desenvolvimento Pessoal
- ⇒ Formação de Educadores de Infância
- ⇒ Contabilidade e Fiscalidade
- ⇒ Gestão e Administração
- ⇒ Informática na Ótica do Utilizador
- ⇒ Enfermagem
- ⇒ Serviços de Apoio a Crianças e Jovens
- ⇒ Trabalho Social e Orientação
- ⇒ Desporto

Procuramos dotar os profissionais com competências sólidas, adaptadas às exigências e tendências do mercado, garantindo formação útil e diferenciadora.

CONSTRUÍMOS
CONHECIMENTO
TRANSFORMAMOS
FUTUROS!



saiba mais em trainingcentre.f3m.pt

